

PMs esperam que governo anuncie o reajuste salarial da categoria em 10 dias. Caso contrário, podem voltar a paralisar as atividades

DF- Polícia Militar ameaça com nova paralisação

João Carlos Rodrigues
Da equipe do **Correio**

A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal parecem barris de pólvora: estão prontas para explodir a qualquer momento. Se dependesse apenas da vontade dos mais de três mil homens reunidos ontem à noite na Praça do Relógio, em Taguatinga, as duas corporações decretariam nova greve a partir de hoje. Porém, a comissão criada para negociar com o governo o aumento salarial de R\$ 500 não permitiu que a reunião tivesse poder deliberativo. “O encontro é só para informar como andam as negociações. Agora, o movimento pode radicalizar se a reivindicação não for atendida em 10 dias”, alertou o presidente dos Clubes dos Oficiais da PM e deputado federal Alberto Fraga (PMDB-DF).

“Não podemos radicalizar agora. Precisamos da confiança de todos e temos de dar um tempo ao governo”, apelou Fraga, ao abrir a reunião. Um dos líderes da greve deflagrada pela PM por um dia na semana passada, o deputado federal não escondia sua preocupação com a exaltação de ânimos da base, que a todo momento gritava palavras de ordem e viajava o tom conciliador dos discursos de algumas lideranças do movimento. “Devemos esperar que o governo federal apresente uma proposta à categoria”, recomendou Fraga, enquanto falava de cima de um carro de som emprestado à comissão pelo secretário de Assuntos Fundiários e deputado distrital licenciado Odilon Aires (-PMDB-DF).

Depois que o governador Joaquim Roriz condicionou o reajuste à liberação de R\$ 7 milhões dos cofres da União para o Governo do Distrito Federal (GDF), a categoria aposta na boa vontade do governo federal para ver sua reivindicação atendida. “Vamos acompanhar as negociações entre o governo federal e o

Adauto Cruz



MAIS DE TRÊS MIL POLICIAIS MILITARES PARTICIPAM DE ASSEMBLÉIA NA PRAÇA DO RELÓGIO, EM TAGUATINGA

local”, informou o presidente da Força Policial, Aires Costa. “Mas não assumiremos a frente das negociações. Isso é responsabilidade do GDF.” Segundo ele, o ministro da Casa Civil, Pedro Parente, e chefe do Gabinete Institucional da Presidência, general Alberto Cardoso, já estão avaliando os custos do reajuste.

Apesar de defender a necessidade de dar tempo à negociação, Aires fez um discurso recheado de críticas e ameaças. “O governo Roriz está jogando com a categoria, mas conseguimos colocá-lo contra a parede e não cederemos um milímetro nem permitiremos que demagogos se aproveitem da situação. Exigimos valorização e salário digno. Não queremos cesta básica. Precisamos é de dinheiro para decidir o que comprar”, afirmou, pedindo unidade aos policiais militares e bombeiros. “Não podemos nos dividir, temos de permanecer unidos. Se o governo não cumprir com o prometido, vai se arrepender, pois faremos a maior greve de PMs do país.”

Outras lideranças concordam com Aires. Para elas, a possibilidade de deflagração de uma nova greve deve ser atribuída ao governo. “Se o GDF não der o que estamos pedindo, será o responsável pelas consequências”, advertiu o presidente dos Clubes dos Subtenentes e Sargentos da PM, Pedro Rodrigues Carvalho. “Estamos dando um crédito para o governo, mas a comissão pode ser atropelada pela categoria, caso o reajuste não seja autorizado”, acrescentou o presidente da Associação Habitacional da PM, Levi Peres. “É só acender o pavio que a situação ficará incontrolável.” Opinião semelhante tem o cabo Francisco Nunes, da Força Policial.

Os líderes do movimento atribuem à diferença salarial entre a PM e a Polícia Civil, reajustada recentemente entre 60% e 80%, o clima de rivalidade entre as duas corporações. Na última sexta-feira, cerca de 80 PMs invadiram a 26ª DP (Samambaia) para impedir que o cabo Herbert Santos Rodrigues fosse autuado

em flagrante, por desacato, pelo delegado Gilberto Damasceno. O PM foi retirado à força da delegacia por seus colegas, que saíram atirando para cima. “Isso mostra a inquietação da tropa. Não podemos ser tratados como polícia de segunda categoria”, sintetizou o deputado Fraga.

Outros deputados federais e distritais também foram à reunião na Praça do Relógio. Entre eles, Geraldo Magela, Pedro Celso, Wasny de Roure, Paulo Tadeu, todos do PT, e Renato Rainha (PFL). Por decisão da comissão, eles foram impedidos de se manifestar. “Não queremos partidizar o movimento”, explicou Fraga. Porém, Wasny considerou a proibição inusitada. Já o ex-presidente do PT no DF, Chico Vigilante, que esteve no local com a presidente da CUT, Érica Kokay, estranhou o fato de o carro de som de Odilon Aires, aliado de Roriz, ter sido emprestado para a realização do encontro.